



RÉPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, realizou-se nas dependências do Ministério da Justiça, em Brasília a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, sob a presidência da Secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, contando com a presença dos representantes das unidades federadas conforme lista que integra a Ata para deliberar a respeito da pauta conforme convocação, qual seja: 09h: Exposição sobre as propostas de alteração da legislação penal e de execução penal em trâmite no Congresso Nacional. Convite Formulado ao Secretário de Assuntos Legislativos, Dr. Marivaldo Pereira. Apresentação pela Presidente do CONSEJ. Gestão da Saúde nos Estabelecimentos Penais: Apresentação: Dr. André Luiz de Almeida e Cunha, Superintendente da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Decreto de Indulto: Relator Mauricio Kuehne. Apresentação da Proposta de Monitoramento Eletrônico Relator: Dr. André Luiz de Almeida e Cunha; Apresentação do Projeto do Monitoramento Eletrônico pela Empresa Iconsulting - Indicação do Secretário de Justiça Aloysio Franco de Oliveira do Estado do Mato Grosso do Sul, sobre Monitoramento de Sentenciados. Discussão sobre o disposto no artigo 75, Inc. I da Lei de Execução Penal. Apresentação pelo Secretário de Justiça Benedito Figueiredo, do Estado de Sergipe. Ampliação Reforma e Construção dos Estabelecimentos Penais: convite para exposição, formulado ao Diretor do Departamento Penitenciário Nacional Augusto Eduardo de Souza Rossini. Revistas: Apresentação pelo Conselheiro Ângelo Roncalli de Ramos Barros, Secretário de Estado da Justiça, do Estado do Espírito Santo. Assuntos Gerais e Encerramento. A Secretária de Estado, Maria Tereza Uille Gomes, abriu a Reunião, saudando os presentes e de imediato transferiu a palavra, com inversão da pauta, a empresa acima (Empresa Iconsulting) e a Neger Telecom, as quais fizeram as exposições relacionadas aos seus produtos, quais sejam: monitoração eletrônica de presos e bloqueio de celulares. As empresas colocaram-se à disposição para dúvidas e consultas oportunas por parte dos Estados. Na sequência o Diretor da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Gabriel de Carvalho Sampaio procedeu as explicações a respeito de Projetos de Lei em andamento relacionados às áreas penal e

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

penitenciária, colocando-se à disposição para dirimir eventuais dúvidas. A Sra. Presidente teceu considerações a respeito dos assuntos, assim como fez exposição concernente às matérias acima, informando que representou o CONSEJ em evento realizado em Brasília, mostrando a documentação extraída daquele conclave e que se refere aos assuntos que seguem, cuja cópia será remetida a todas as unidades federadas. Iniciou dizendo que em 17 de agosto de 2012 o CONSEJ foi convidado pelo Secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Crocce Caetano, para integrar o Grupo Executivo do Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário Brasileiro e Redução do Déficit Prisional, {celebrado entre o Ministério da Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Defensores Públicos, em 23 de novembro de 2011}, com vistas à formulação de um **PACTO PELA MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**. Para operacionalização do Acordo os representantes dos órgãos partícipes dividiram-se em três Grupos de Trabalho cada qual responsável pelo tratamento dos seguintes eixos temáticos: Grupo I – SISTEMA DE JUSTIÇA (Coordenado pelo CNJ) Grupo II – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO (Coordenado pelo Depen) Grupo III – REINTEGRAÇÃO SOCIAL (Coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos). A primeira participação do CONSEJ, por meio de sua Presidente, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, deu-se no dia 23 de agosto de 2012, no período da manhã, na Secretaria de Direitos Humanos, no Grupo III, que tratou de temas relacionados à Educação, Trabalho e Saúde. E, no mesmo dia, no período da tarde, no Plenário do CNJ, no Grupo I. Iniciou a Presidente com algumas questões colocadas no conclave, quais sejam: inicialmente alguns questionamentos relacionados à criminologia e à política criminal e penitenciária se fazem necessários para a construção de uma teoria da criminologia crítica propositiva: Quem são os encarcerados no Brasil? Quem são as mulheres encarceradas no Brasil? Quem são as pessoas internadas em Hospitais de Custódia e Tratamento? Qual o grau de escolaridade dessa população? Dados assinalam que cerca de 80% dos homens são condenados por tráfico, roubo e furto, e 70% das mulheres cumprem pena por tráfico. Frente a este cenário, indaga-se, portanto: Qual a quantidade, em média, de droga apreendida? O roubo foi realizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

com ou sem o uso de arma de fogo? Qual o montante, em média, do prejuízo financeiro causado à vítima? Por que a legislação atual não permite a aplicação de Justiça Restaurativa dentre as alternativas penais ou durante a fase de execução da pena? Quantos condenados do regime fechado poderiam estar cumprindo pena em regime semiaberto reduzindo, assim, drasticamente, a superlotação nos presídios? Qual é o déficit de vagas para o regime semiaberto no Brasil? Quais os custos da vaga para construção e gestão do regime semiaberto em relação ao regime fechado? O custo médio, por preso, do regime provisório ou do regime fechado, é de R\$ 2.000,00/mês, e o elevado percentual de reincidentes (média acima de 70%) constituem-se em fortes indicativos para a mudança do sistema prisional? Será que o modelo construtivo das prisões, o custo da vaga por preso e a metodologia utilizada na gestão estão sendo, de fato, eficazes? A metodologia das APACs se constitui em um modelo alternativo adequado ao sistema prisional? (com custo mensal de manutenção em torno de um salário mínimo e reincidência abaixo de 10%). Os elevados índices de prisões provisórias, no Brasil, não demandam a viabilização de um sistema rígido de monitoramento de prazos para julgamento dos processos que não exceda um período de 180 dias? Os incidentes de dependência toxicológica podem ser simplificados? É imprescindível a presença do psiquiatra na realização de exames de insanidade mental e dependência toxicológica ou ele pode ser substituído por outros profissionais da área da saúde? O incidente precisa, de fato, suspender o curso do processo? A Parte Especial do Código Penal em relação aos crimes patrimoniais e à Lei de Execução Penal (vigentes, no Brasil, há mais de 70 anos) requerem reformas estruturais? Grande parte dos crimes está relacionada ao uso de drogas? Qual o percentual? A política sobre drogas pode ser aprimorada? A Lei sobre Drogas atualmente vigente no País está encarcerando, em regime fechado, um número significativo de mulheres com filhos que foram presas portando pequena quantidade de drogas. Seria esta pena a melhor solução para estes casos específicos? Na Itália, as Cooperativas Sociais constituem-se em exemplos positivos de institucionalização do trabalho para usuários de substância entorpecente, de pessoas em desvantagem econômica, de egressos e portadores de transtornos mentais. Qual a perspectiva de implantação deste modelo, no Brasil? . Feitas estas considerações, exaustivamente




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

demonstradas no relatório que será encaminhado, a Sra. Presidente também fez alusão à questão dos Patronatos para que estes possam fazer o acompanhamento e execução das penas e medidas alternativas. Observou-se, pelas manifestações, que se caminha para um consenso em torno do assunto, com a responsabilidade dos patronatos também em relação à fiscalização das penas e medidas em meio aberto e a questão da monitoração eletrônica, sendo que tais assuntos permanecem na ordem do dia para serem convenientemente pensados pelas unidades federadas. O Secretário Ângelo Roncalli e a Dra. Valdirene Daufemback (Ouvidoria MJ/DEPEN) teceram considerações a respeito das questões relacionadas à visita íntima nos estabelecimentos penais e quanto ao PL em andamento, cuja cópia deverá ser remetida às unidades para conhecimento e sugestões. As 11,00 horas, adentraram ao recinto, conforme adredemente combinado, os Ministros da Justiça e da Educação, acompanhados pelo Dr. Rossini, Diretor do DEPEN/MJ. A Sra. Presidente saudou os visitantes em nome do CONSEJ destacando os esforços que vem sendo empreendidos pelos Ministérios e pelo DEPEN. O Sr. Ministro da Justiça saudou a todos os participantes e teceu considerações em relação às políticas que estão sendo implementadas para minimizar a questão carcerária. Aludiu que não bastam vagas, mas também outras políticas relacionadas à saúde; educação; penas alternativas; monitoração eletrônica, etc. Abordou aspectos relacionados ao Plano sobre Educação nas Prisões, o qual passou a ser efetuada pelo Sr. Ministro da Educação, que deu ênfase ao Plano que está sendo reestruturado, visando propiciar adequadas formas de educação nos estabelecimentos penais. Efetivou exposição, de conformidade com os estudos que vem sendo realizados pelos Ministérios da Justiça e da Educação, com base nos dados fornecidos pelo INFOPEN. O Diretor do DEPEN/MJ, Dr. Rossini complementou alguns aspectos da exposição. A respeito do Plano o site do Ministério da Justiça deu destaque conforme se vê no anexo a este documento. Aludiu-se também às reformas nas unidades de saúde, e em relação às políticas de capacitação do servidor penitenciário. Destacou as questões relacionadas às Escolas Penitenciárias e a questão de aparelhamento das mesmas. Diante de todo o exposto, a Sra. Presidente propôs Moção de Reconhecimento aos Ministros de Justiça e Educação, e ao Diretor do Depen Nacional, responsáveis pela elaboração do Plano de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

Educação dos Presídios, destacando os nomes de CLAUDIA PEREIRA DUTRA; CARMEM GATTO e MAURO JOSÉ DA SILVA, do Ministério da Educação e a toda equipe do DEPEN/MJ. Diante do adiantado da hora alguns assuntos da pauta, conforme acima exposto, ficaram para ser abordados na próxima reunião. Todos os presentes foram convidados a comparecer à posse do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Felix Fischer que será realizada às 16,00 horas no referido Tribunal. Do que, para constar, lavrou-se esta Ata que vai assinada pela Presidente e Secretária depois de aprovada pelo CONSEJ.

 5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília – 31 de agosto de 2012

ANEXO

<http://www.mj.gov.br>. Execução Penal. Notícias. 31/08/2012 - 19h15minh Proposta amplia e reforça a educação no sistema prisional Os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Aloísio Mercadante (Educação) apresentaram nesta sexta-feira (31) aos secretários estaduais de Justiça, de Direitos Humanos e de Administração Penitenciária, proposta preliminar do Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. Junto com os estados e o Distrito Federal, a iniciativa interministerial visa a construção da política nacional de educação prisional, cujo objetivo é contribuir para a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação, garantindo o acesso à educação e o direito à remição de pena pelo estudo, por meio da promoção da expansão e da melhoria do atendimento educacional. Contempla ações de alfabetização, educação de jovens e adultos, qualificação profissional, bem como o apoio a formação continuada para professores e agentes penitenciários que atuam na educação em estabelecimentos penais. O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadil/MEC) vão orientar as 27 Unidades Federativas na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, cuja finalidade é a efetivação, em nível local, do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Lançado em novembro de 2011, o programa federal prevê a geração de 42 mil novas vagas no sistema prisional e ações de ressocialização, saúde, fomento à aplicação de penas alternativas, educação, dentre outras. Desde novembro, técnicos de ambos os ministérios trabalham na elaboração de propostas para a constituir o Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. Dentre as ações do Ministério da Educação que devem ser fortalecidas no âmbito prisional estão o Programa Brasil Alfabetizado, o Pronatec e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, aproximadamente 300 mil presos – 60% da população prisional brasileira – é composta de analfabetos e semianalfabetos. Somente 10% do total de pessoas privadas de liberdade participa atualmente de atividades educacionais. Brasil Alfabetizado Os ministérios da Justiça e da Educação uniram esforços para ampliar e qualificar a educação ofertada às pessoas em situação de privação de liberdade, com foco na universalização da alfabetização por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA/MEC), cujo objetivo é reduzir o analfabetismo e contribuir para que os alfabetizados deem continuidade aos seus estudos, potencializando a articulação entre as Secretarias Estaduais de Educação e as Administrações Prisionais para a superação do analfabetismo na população carcerária do país.

ANEXO

<http://www.mj.gov.br> Execução Penal. Notícias. 31/08/2012 - 19:15h Proposta amplia e reforça a educação no sistema prisional Os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Aloísio Mercadante (Educação) apresentaram nesta sexta-feira (31) aos secretários estaduais de Justiça, de Direitos Humanos e de Administração Penitenciária, proposta preliminar do Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. Junto com os estados e o Distrito Federal, a iniciativa interministerial visa a construção da política nacional de educação prisional, cujo objetivo é contribuir para a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação, garantindo o acesso à educação e o direito à remição de pena pelo estudo, por meio da promoção da expansão e da melhoria do atendimento educacional. Contempla ações de alfabetização, educação de jovens e adultos, qualificação profissional, bem como o apoio à formação continuada para professores e agentes penitenciários que atuam na educação em estabelecimentos penais. O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadil/MEC) vão orientar as 27 Unidades Federativas na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, cuja finalidade é a efetivação, em nível local, do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Lançado em novembro de 2011, o programa federal prevê a geração de 42 mil novas vagas no sistema prisional em ações de ressocialização, saúde, fomento à aplicação de penas alternativas, educação, dentre outras. Desde novembro, técnicos de ambos os ministérios trabalham na elaboração de propostas para a constituir o Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. Dentre as ações do Ministério da Educação que devem ser fortalecidas no âmbito prisional estão o Programa Brasil Alfabetizado, o Pronatec e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, aproximadamente 300 mil presos – 60% da população prisional brasileira – é composta de analfabetos e semi-analfabetos. Somente 10% do total de pessoas privadas de liberdade participa atualmente de atividades educacionais. **Brasil Alfabetizado** Os ministérios da Justiça e da Educação uniram esforços para ampliar e qualificar a educação ofertada às pessoas em situação de privação de liberdade, com foco na universalização da alfabetização por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA/MEC), cujo objetivo é reduzir o analfabetismo e contribuir para que os alfabetizados dêem continuidade aos seus estudos, potencializando a articulação entre as Secretarias Estaduais de Educação e as Administrações Prisionais para a superação do analfabetismo na população carcerária do país.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

LISTA DE PRESENÇA

Reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária – CONSEJ.
Data: 31/08/2012 (sexta-feira)
Local: Sala de Retrato – Edifício Sede

	Nome	Cargo / Órgão / UF	Telefone	E-mail	Assinatura
1.	Fernando Augusto de Souza Oliveira	Sec. de Jus. / SEJUS / RJ	(99) 99819666	fernando.augusto@sejus.rj.gov.br	
2.	Alneu Luiz F. Torres	Engenharia / DEJUS - PI	(86) 9977-8242	alneu@dejus.pi.gov.br	
3.	Fernanda dos Reis Lopes	SEAF - RJ	(21) 23346240 (21) 23346242	fernandareis@seaf.rj.gov.br	
4.	André Luiz Cunha	Superintendente (PA)	(91) 3239 4202 4201	andre.cunha@webmail.br	
5.	MARIANA LOBO	SEJUS - CE	85-9926 3735	mariana.lobo@sejus.ce.gov.br	
6.	Marcos Vinícius	DEJUS - RJ	41-910 23359	marcos.vinicius@dejus.rj.gov.br	
7.	DIRETOR PUGST- RJ	DEJUS / RJ	262-9981218	diretor.pugst@dejus.rj.gov.br	
8.	MARCUS SÉRGIO FERREIRA	SEJUS / AL	82-2884808	marcos-sergio@sejus.al.gov.br	
9.	MARCUS RYS MERELLES DE MIRATUBA	SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO AMAZONAS	(92) 9984-5113	marcusrys.cadm.cadm@miratuba.am.gov.br	
10.	JACKSON BEZERRA DE CARVALHO	SECRETARIA GERAL DA UEAR-BA	71 8273-1231	jackson.bezerra@uear.ba.gov.br	

Nome	Cargo / Órgão / UF	Telefone	E-mail	Assinatura
11. Rayza A. P. Bianchi	Divisão Especial SEJUB - PIT	(65) 4947-3564	rayza@sejubi.mt.gov.br	
12. GELSON TRETESKEU	Superintendente WHPA-25	51 8916 5710	gelton@superap.gov.br	
13. Milomen dos Farias	Secretário de Jurídica e dos Direitos Humanos - TO	63-32177569 63-32186700 63-32172255	milomen@sejubi.to.gov.br	
14. EDUARDO DOS S. F.	PRESIDENTE - AGENCIA GOIANA DE EXECUÇÃO PENAL IGO	(62) 3201.6004 9434.2692 9688.4544	eduardo@bndp.cem.gov.br	
15. WASHINGTON FRANÇA DA SILVA	SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - GOIÁS	(81) 8857- 2464	wf264@cel.com.br	
16. Maria da Assis de Almeida	Subsecretaria de Administração - GOIÁS	(31) 3331- 8602	maria@sejubi.mg.gov.br	
17. Roberto Sampaio	Secretário Adjunto SE-SP - MA	91026097	Roberto@sejubi.ma.gov.br	
18. Gabriel de Carvalho Sampaio	Diretor SAC/MA	(61) 51970047	gabriel.sampaio@sejubi.ma.gov.br	
19. CLAUDIO DE MOURA MONTENEGRO	Subsecretário do Sistema Análise Técnica no Distrito Federal - SEJUP - SEPIF	(61) 9321795	claudio@sejubi.df.gov.br	
20. ANGELO ROMUALDO DE FARIAS	SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTIÇA DO ES	(61) 99811493	SECRETARIA DE JUSTIÇA GOV. ES ANGELO_ROMUALDO@hotmail.com	
21. Marcelo de Almeida	Secretário de PP	(61) 99713069	marcelo@sejubi.es.gov.br	
22. Marcos Roberto M. da Silva	Secretário	(96) 8802-3040	marcos@sejubi.ms.gov.br	
23.				
24.				